

Senado aprova emenda que proíbe a reedição de MPs

Proposta acolhida em primeiro turno amplia de 30 para 90 dias a vigência de medidas provisórias, que poderão ser prorrogadas uma única vez por meio de mensagem presidencial



O plenário debateu por mais de três horas a mudança nas regras para a edição de MPs

O plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, o substitutivo de emenda constitucional do senador José Fogaça que aumenta de 30 para 90 dias a vigência de medida provisória e proíbe sua reedição.

Além de mudar as regras para edição de MPs, o substitutivo alterou os artigos 48 e 84 da Constituição, com o objetivo de resgatar ao presidente da República algumas atribuições administrativas.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a decisão prestigia o Legislativo, sem prejudicar a agilidade necessária à atuação do Executivo. **Páginas 4 e 5**

NESTA EDIÇÃO

ACM afirma que Legislativo não aceita limitações de outro Poder

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, advertiu ontem, ao ser informado da confirmação da liminar sobre o sigilo telefônico de Pedro Neiva, que o Legislativo não aceitará qualquer invasão das suas atribuições, e está preparado para o confronto, se for necessário à preservação dos seus direitos.

- O Supremo não pode invadir a nossa seara. Isso nós não vamos admitir nunca. Isso eu não vou consentir, como presidente do Congresso Nacional, e tenho certeza de que esse não é o propósito do Supremo - disse.



Antonio Carlos Magalhães

Para o senador, a decisão representa uma invasão das atribuições do Legislativo. "Nós não aceitamos limitações em relação àquilo que é uma

atribuição legítima do Poder Legislativo, vindas de qualquer outro Poder, seja do Executivo, seja do Judiciário. Não se pode limitar nada do Congresso Nacional", afirmou.

Antonio Carlos Magalhães disse também que o Congresso tem meios de fazer respeitar sua posição. "Nós temos os meios de fazer com que o Supremo possa fazer cumprir as nossas leis e interpretá-las como devem ser interpretadas. Não deve haver confronto entre Poderes, mas, em havendo, evidentemente não é o Legislativo que vai perder", assegurou.

Caução poderá ser exigida em causa trabalhista

Página 3

Previdência no mundo é tema de debates

As perspectivas dos sistemas de previdência pública e privada no mundo foram debatidas ontem no Senado com a participação de especialistas internacionais. **Página 7**

Projeto aprovado facilita saque do FGTS

Votada pela Comissão de Assuntos Econômicos em caráter terminativo, proposta beneficia empregado de empresa que tiver falência decretada pela Justiça

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto que facilita, para o trabalhador, a movimentação da conta vinculada do FGTS, quando da declaração judicial da falência da empresa em que trabalha. Foi relator da matéria o senador Edison Lobão (PFL-MA).

A CAS aprovou, também em caráter terminativo, projeto de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que transfere para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a emissão do registro profissional dos integrantes dessa categoria.

Assim, de acordo com a proposição, o registro profissional deixa de ser emitido pelo Ministério do Trabalho, que deverá, entretanto, homologar o ato da Fenaj, a exemplo do que acontece com a Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Federal de Medicina em relação aos advogados e médicos, respecti-



O senador Ademir Andrade presidiu ontem a reunião da Comissão de Assuntos Sociais

vamente. O relatório favorável à aprovação foi apresentado pelo senador Bello Paraga (PFL-MA).

Com parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que acolheu na íntegra as emendas de destaque que a Câmara dos Deputados apresentou, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto de autoria do então senador Marco Maciel que objetiva reformular os conselhos federal e regionais de Biblioteca e Economia. O projeto será submetido à apreciação do plenário da Casa.

Foram aprovados ainda, e vão ao exame do plenário, as seguintes matérias: pareceres do senador Lúcio Alcântara a projeto da Câmara que garante aos empregados demitidos sem justa causa a permanência em convênios médicos a que tinham direito quando em serviço; do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a projeto da Câmara que institui o estabelecimento de regras processuais mais rápidas para os processos judiciais que envolvam empregados demitidos por justa causa; e do senador Valmir Campelo (PTB-DF), a

projeto da Câmara que altera a CLT, dispondo sobre a assistência judiciária e a representação de menores no âmbito da Justiça trabalhista.

Requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC), no sentido de que seja realizada audiência pública para discutir a violência que atinge os povos indígenas, também foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Os projetos aprovados em caráter terminativo dispensam o exame do plenário, caso não sejam apresentados recursos nesse sentido.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h30 - Recebe o diretor-superintendente da Fiat do Brasil, Cledorvino Bellini

12h - Recebe o governador do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

17h30 - Recebe o presidente do Partido Social Democrata de Portugal, professor Marcelo Rebello de Sousa

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

Pauta: *PLS nº 78/96, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários federais de pequeno valor.

COMISSÕES

10h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Reunião de trabalho. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Ofício nº 29/97 (não terminativo), do presidente do Banco Central do Brasil, solicitando autorização para a emissão de Letras Financeiras do Estado de Santa Catarina, destinadas à rolagem da dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 97. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Reunião conjunta de audiência pública com as Comissões de Economia, Indústria e Comércio; e de Finanças e Tributação, sobre a Área de Livre Comércio das Américas - Alca, com a presença do embaixador José

Botafogo Gonçalves, da Subsecretaria Geral de Assuntos de Integração de Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores; Sandra Maria Carreira Polônia Rios, do Departamento de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria - CNI; José Augusto Fernandes, da Diretoria Executiva da Confederação Nacional da Indústria - CNI; e Osvaldo Moreira Douat, da Vice-Presidência da Confederação Nacional da Indústria - CNI. *Plenário 5 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

10h30 - Comissão da Reforma Político-Partidária

Pauta: Continuação da discussão e votação do relatório final da comissão. (Itens do relatório que serão abordados: imunidade parlamentar, duração do mandato dos senadores e suplentes.) *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do diretor do Banco Bradesco S.A., Katsumi Kihara; e dos diretores da Arjel, Augusto Cesar Falção de Queiroz, José Roberto Barbosa Peçanha, Antônio da Cunha Vilas Boas e Luiz Antônio Mora. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

PREVISÃO PARA AMANHÃ

PLENÁRIO

Sexta-feira (25.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão, em turno único, da *PEC nº 4/97, que permite reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.



Evandro Lins e Silva (E) depõe na CCJ, presidida por Bernardo Cabral

Juiz poderá exigir caução nas causas trabalhistas

Projeto de Emília Fernandes é aprovado em caráter terminativo pela CCJ, que também acolhe propostas em benefício do consumidor

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto da senadora Emília Fernandes (PTB-RS) que permite ao juiz do trabalho exigir do empregador caução em dinheiro ou outra forma de garantia para cobrir débito trabalhista.

O parecer favorável da relatora, Regina Assumpção (PTB-MG), destaca que a proposta atende aos interesses da grande maioria dos empregados. Esses, na opinião da senadora, são freqüentemente vítimas de padrões inescrupulosos que ocultam bens ou se utilizam de outros mecanismos de fraude

para se livrar do pagamento de dívida.

Também em caráter terminativo, a CCJ acolheu projeto de Sérgio Machado (PSDB-CE) exigindo que os serviços prestados ao consumidor por telefone, tais como *disk-amizade*, deverão ter seu preço divulgado na forma de áudio e vídeo.

José Bianco (PFL-RO) apresentou parecer favorável a projeto que considera enganosa, por omissão, a publicidade televisiva de prestação de serviços por telefone, bem como a realização de sorteios por esse meio, sem que a divulgação do preço seja feita de forma ostensiva.

Entre outras matérias apreci-

adas ontem, a Comissão de Justiça acolheu parecer favorável, com duas emendas, apresentado por Roberto Requião (PMDB-PR) a projeto de Romeu Tuma (PFL-SP) propondo que a pena para quem destruir ou conspurcar coisa alheia, a exemplo do que fazem os pichadores de paredes e monumentos, seja substituída de prisão por prestação de serviços à comunidade.

Os projetos aprovados em caráter terminativo irão imediatamente ao exame da Câmara dos Deputados, se não houver recursos para sua apreciação pelo plenário da Casa. Os demais dependem ainda de deliberação do plenário.

Proposta de Dutra será reexaminada

Projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) suspendendo decreto do Poder Executivo sobre os procedimentos a serem adotados em caso de paralisação dos serviços públicos será reexaminado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), que ontem rejeitou a proposição. Isso ficou definido após protesto de Dutra contra o fato de a CCJ ter examinado a matéria em sua ausência.

Dutra disse ter colaborado com a comissão no esforço de definir as proposições que têm consenso e que podem ser vo-

tadas mais rapidamente. Informou que, no início da reunião de ontem, esteve na sala da CCJ para esclarecer que teria de participar de um seminário sobre a Previdência Social e que não poderia estar presente às votações.

Segundo o senador petista, o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), garantiu-lhe que somente as matérias de consenso seriam votadas. Ao retornar do seminário, Dutra soube que seu projeto de decreto legislativo, que recebeu parecer contrário do senador José Ignácio Ferreira

(PSDB-ES), já havia sido apreciado.

- Em reunião anterior, eu e o senador Josaphat contestamos o parecer e a matéria foi adiada, em função da ausência do relator. Agora, ela não foi adiada em função da ausência do autor - queixou-se.

Bernardo Cabral esclareceu então que só submeteu o projeto à votação por ter pensado que já havia consenso em torno da matéria. Ficou acertado, então, por sugestão do senador Espiridiano Amin (PPB-SC), que o projeto voltará à CCJ, a partir de requerimento de Amin.

Lins e Silva faz restrições ao efeito vinculante

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Evandro Lins e Silva afirmou ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), que as decisões do STF em matéria constitucional têm de ser obedecidas, havendo ou não súmula. Mas ressaltou que decisões relativas a leis ou a atos normativos do poder público não devem ter efeito vinculante.

- Não entendo como transformar a súmula em instrumento impositivo. Não vejo como é possível um juiz ficar sem poder de decidir de acordo com sua convicção, com seu convencimento pessoal. Então, suprimamos logo a primeira instância - acrescentou.

Evandro Lins e Silva compareceu à CCJ para fazer exposição em torno da proposta de emenda constitucional que prevê efeito vinculante para decisões sumuladas do STF, de iniciativa do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

Durante os debates, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) referiu-se à perspectiva de se desafogar o Poder Judiciário com as súmulas vinculantes, enquanto José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) disse estar cada vez mais convencido da desnecessidade de adoção da medida. Já o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) destacou a posição do ex-ministro de que o efeito vinculante, fora da matéria constitucional, fere a estrutura do sistema judiciário.

O relator da proposta de emenda constitucional sobre o efeito vinculante, senador Jefferson Peres (PSDB-AM), disse que não se pretende que esse instituto seja uma panacéia ou tenha o efeito de uma varinha de condão.

- Mas por que permitir recursos absolutamente inúteis e cujo resultado final já se conhece? - indagou Jefferson Peres.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Senado aprova emenda que veda reedição de MPs

Novas regras prevêem ampliação do prazo de vigência de 30 para 90 dias, permitindo apenas uma prorrogação, por meio de mensagem do presidente da República, sem alteração no texto



Roberto Freire

Ministério não será criado por decreto

O plenário aprovou emenda do senador Roberto Freire (PPS-PE), destacada para votação em separado, suprimindo do substitutivo de José Fogaça a possibilidade de o presidente da República criar ministérios e órgãos públicos por decreto. A "estruturação e atribuição dos ministérios e órgãos da administração pública" poderão ser definidas mediante decreto presidencial.

A maioria governista precisava somar 49 votos favoráveis à manutenção da proposta do relator e obteve 46.

Fogaça disse que sua proposta estabelecia a prerrogativa de o presidente "transformar" órgãos e ministérios por decreto, mas sem geração de despesa. Freire argumentou que sua emenda "retira uma contradição de algo que este Congresso não quer conceder".

- O poder que se quer dar ao Executivo é o de transformar cargos e extingui-los quando vagos. Criação implica aumento de despesa. Seria contraditório admitir a criação de ministérios por decreto - disse.

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), afirmou que a rejeição dos outros destaques "introduz uma situação pior que a de hoje". A seu ver, a proposta de Fogaça não tem paralelo com qualquer Constituição democrática.

Depois de três horas de debates, o plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, o substitutivo de emenda constitucional do senador José Fogaça (PMDB-RS) que aumenta de 30 para 90 dias a vigência de uma medida provisória e proíbe sua reedição. Será permitida apenas uma prorrogação, sem mudança de



José Fogaça

texto, por mensagem do presidente da República, por mais 90 dias. A proposta recebeu 57 votos favoráveis, sete contra e duas abstenções. O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), recomendou voto favorável ao projeto, ressalvados alguns destaques.

Durante a discussão, o presidente Antonio Carlos Magalhães

informou ao plenário que pretende conversar com o presidente da Câmara, Michel Temer, para que as 52 medidas provisórias ainda não votadas entrem na ordem do dia com rapidez. Disse que há acordo sobre 40 dessas MPs e outras 12 que ainda deverão ser discutidas pelas lideranças. "A idéia é votar todas as medidas provisórias antes de entrar em vigor o novo sistema", antecipou Antonio Carlos.

Medida pode cair por decurso de prazo

O substitutivo do relator José Fogaça acrescenta onze parágrafos ao artigo 62 da Constituição, que autoriza o presidente da República a editar medida provisória em caso de relevância e urgência. Esses parágrafos estabelecem várias situações e condições para uma medida provisória.

Prevê, entre outras coisas, que todos os atos praticados na vigência de uma MP terão validade jurídica plena, salvo se o Congresso promulgar, em 60 dias, decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas

advindas da derrubada da medida (por perda de eficácia ou rejeição pelos congressistas).

O texto aprovado estabelece que não se incluirão os dias de recesso do Congresso na contagem dos 90 dias de vigência ou 90 dias de prorrogação de uma MP.

- Quase 10 anos depois da Constituinte, surge a possibilidade de derrubar MP por decurso de prazo. É o oposto do que era o decreto-lei no tempo do regime autoritário - frisou.

Além de mudar a edição de MPs, o substitutivo de Fogaça

altera os artigos 48 e 84 da Constituição, sobre prerrogativas do Congresso e do Executivo, restituindo ao presidente da República algumas atribuições administrativas.

A proposta, que ainda será votada pelos senadores em 2º turno, autoriza o presidente da República a baixar decreto extinguindo função ou cargo público, quando vagar. O presidente poderá usar decreto para estruturar e determinar atribuições dos ministérios e órgãos da administração pública.

Para ACM, Legislativo ganha prestígio

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, saudou a aprovação da proposta de limitação das medidas provisórias, pelo plenário da Casa, como uma decisão que resulta em aumento do prestígio do Legislativo, sem com isso prejudicar a agilidade necessária às ações do Executivo.

- Sem dúvida nenhuma, a proposta facilita as relações entre Congresso e governo. Sendo uma decisão boa para o Brasil, também é boa para o Executivo. Nenhum país faz

a democracia sem prestigiar seu Legislativo - disse.

As necessidades do governo de agir com rapidez em situações emergenciais foram resguardadas na matéria aprovada, segundo Antonio Carlos, que reiterou a disposição do Legislativo de assegurar a governabilidade. Nesse sentido, lembrou que houve a preocupação de incluir dispositivo permitindo a prorrogação das MPs pelo prazo de noventa dias.



Antonio Carlos

O senador lembrou que o resultado final contou com a colaboração do Executivo, que participou do acordo de lideranças responsável pela aprovação da proposta, cujo

texto agora será submetido à apreciação da Câmara dos Deputados.

- Tenho certeza de que a Câmara também vai votar rapidamente, porque a matéria é de interesse do Congresso - previu Antonio Carlos.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Debate em plenário marca a decisão em 1º turno

Vigência de 90 dias é um dos pontos polêmicos do substitutivo de José Fogaça, mas diversos senadores destacam avanço no resgate das prerrogativas do Legislativo

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), afirmou ontem, durante a discussão das novas regras para a edição de medidas provisórias, que "o substitutivo não é o ideal, mas é um avanço". Para ele, a proposta representa uma forma "de tentar recuperar, em parte, o poder do Congresso de legislar e de fiscalizar".

Pedro Simon (PMDB-RS) ponderou que os senadores deveriam discutir a mudança com mais tempo, inclusive na CCJ. "A Constituição diz que uma MP tem vigência por 30 dias e, agora, estamos aumentando esse prazo para 90 dias", disse Simon.

Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou que a medida provisória "pode ser um instituto do presidencialismo porque, na atividade contemporânea, há matérias econômicas que necessitam de total rapidez".

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), advertiu que não há, na Câmara

dos Deputados, acordo sobre o resgate de atribuições do presidente da República.

Para o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho, o Congresso Nacional recupera em parte o poder de legislar e de fiscalizar

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que Fogaça apresentara "um substitutivo do substitutivo" proposto ao plenário na semana passada e que o assunto deveria ser apreciado antes pela CCJ. Antonio Carlos Magalhães discordou de Josaphat, citando artigo do Regimento Interno do Senado.

O líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), destacou que o prazo de 90 dias, prorrogáveis por mais 90, é apenas regimental e lembrou que a comissão mista que analisará uma MP terá 30 dias para apresentar parecer.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) apoiou Josaphat Marinho na afirmação de que 90 dias para uma MP, com igual prazo na prorrogação, "é muito tempo". Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lamentou que as medidas serão votadas separadamente pela Câmara e pelo Senado.

Já Roberto Freire (PPS-PE) acha que o Congresso Nacional recuperou parte de seu poder de legislar, enquanto Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) assinalou que o parágrafo que suspende a contagem dos 90 dias durante o recesso do Congresso "na prática fará com que uma medida provisória tenha vigência por sete ou até oito meses".

O líder do PPB no Senado, Epitácio Cafeteira (MA), criticou a vigência de 90 dias para uma MP, quando a Constituição fala hoje em 30 dias. Por sua vez, o senador Edison Lobão (PFL-MA) frisou que a maior culpa pela reedição "por

até 20 ou 30 vezes" de uma MP recai "sobre o Congresso", por não votá-la.

O senador José Sarney (PMDB-AP) apoiou o substitutivo e José Serra (PSDB-SP) disse que a mudança introduz "a figura do decurso de prazo em seis meses, a favor do Legislativo". O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou "o avanço que temos de experimentar" e Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou não ter entendido até

José Eduardo Dutra, líder do Bloco Oposição, adverte que não há na Câmara acordo sobre resgate das atribuições do presidente da República

hoje "por que o STF permitiu a reedição" de medidas provisórias. José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) concordou com a afirmação de que a mudança "ainda não é o ideal, mas é o que se conseguiu no momento".

CPI DOS PRECATÓRIOS

Para Requião, está confirmada a ligação da Split com a IBF

Encerrados os depoimentos de Alex Sandro Sá Teles dos Santos e Sandro Luís Cipriano, ex-office-boys da corretora Split, o relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião (PMDB-PR), disse estar demonstrado que essa empresa operava a IBF Factoring, a qual, em sua opinião, era apenas uma factoring de fachada, destinada a atuar na cadeia montada para lucrar com títulos públicos.

Os dois boys disseram desconhecer que a IBF trabalhava para a Split, sustentando que

apenas recebiam cheques de uma secretária chamada Dalva para depositar em bancos. Também afirmaram que recebiam salário apenas da Split. Sandro Luís Cipriano admitiu que prestava alguns serviços para a IBF, acrescentando que conheceu Ibrahim Borges Filho na Split.

Em seguida, a CPI interrogou Ibrahim Borges Filho, o qual confirmou que assinou cheques em branco a ele levados por funcionários da Split.

O relator afirmou que a CPI descobriu cheques de Pedro



Presidida por Cabral, CPI ouve ex-office-boy da Split

Mamã depositados na conta de Ibrahim Borges Filho e insistiu em saber se não seria este quem indicava para quem ele devia assinar outros cheques. "Não conheço as pessoas", dis-

se o dono da IBF. Em seguida, a comissão passou a acarear os office-boys com Ibrahim Borges Filho, Fausto Solano (corretora Boasafra) e Enrico Picciotto (Split).

100 ANOS DE PIXINGUINHA

Senado exalta autor de "Carinhoso"

O Senado homenageou o compositor Alfredo da Rocha Viana Júnior, o Pixinguinha, cujo centenário de nascimento se comemorou ontem. A manifestação decorreu de requerimento do senador Artur da Távola (PSDB-RJ). A obra de Pixinguinha foi enaltecida, em discursos,

pelos senadores Abdias Nascimento (PDT-RJ), Artur da Távola, Benedita da Silva (PT-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na presidência dos trabalhos, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) associou-se às homenagens ao compositor.

Compositor é o "Mozart brasileiro", diz Távola

O senador Artur da Távola disse que o compositor Pixinguinha foi o "Mozart brasileiro", pois a expressão musical de ambos surgia da inocência. Para o senador, a música de Pixinguinha representa a "alma de um país com capacidade elevada de criar".

- Classifico a música em duas: a boa e a má. Pixinguinha está no ápice da música de qualidade. Ele conhecia harmonia, era ótimo executor, orquestrador, além de ser um músico de alta qualidade - declarou o senador.

Depois de lembrar que Pi-



Távola

xinguinha deixou mais de mil músicas, Távola destacou que o chorinho, na sua opinião, é o ritmo mais tipicamente carioca. O senador contou a história do surgimento do chorinho, no final do século passado, com os chorões, espécies de seresteiros, que cantavam pelas ruas seus "lamentos".

- Não podemos esquecer o lado humano de Pixinguinha. Era uma pessoa absolutamente encantadora, um homem de silêncio de extrema beleza. Foi esse homem que legou ao Brasil os momentos mais elevados da cultura nacional - concluiu.

Obra é pouco conhecida, lamenta Eduardo Suplicy

Eduardo Suplicy afirmou que as comemorações dos 100 anos de Pixinguinha reforçam a consagração da qualidade incontestável de seu trabalho, destacando que o maestro Villa-Lobos o chamava simplesmente de "músico", nem popular, nem erudito.

Suplicy lamentou que 50% da obra do músico não seja conhecida. "De nome de rua a estátua, inaugurada no ano passado no Rio, Pixinguinha ainda é mais conhecido por suas canções como *Carinhoso*, gravada pela primeira vez em 1928", disse.

Ele acrescentou que, apesar



Suplicy

de ter iniciado a carreira tocando polca, valsa, samba, passando até por temas afros, Pixinguinha ficou um músico marcado como um músico de choro.

Para Suplicy, o nome Pixinguinha traduz um traço de sua personalidade, com a junção de dois apelidos: Pizindim, expressão de origem africana que significa "menino bom", e Bexiguinha, uma referência à varíola que contraiu quando pequeno. Essa qualidade de pessoa muito amada, carinhosa, extremamente dócil e delicada, segundo Suplicy, não escapou de alguns de seus biógrafos.

Abdias lembra que nem ele escapou do racismo

Ao homenagear a memória de Alfredo da Rocha Viana, o Pixinguinha, Abdias Nascimento afirmou que a música desse compositor consolidou nosso perfil de país pluricultural.



Abdias

O senador destacou que, "apesar de tudo o que significou para a música brasileira, Pixinguinha não passou ileso pela vilania do racismo". Conforme disse, quando começou a se apresentar com seu conjunto Os Oito Batutas, provocou reações racistas, "inclusive de intelectuais da época".

Abdias Nascimento lem-

brou, no entanto, que Pixinguinha recebeu manifestações de desagravo. Abdias fez sua seguinte declaração do jornalista Xavier Pinheiro: "Deixemos de pedantismo, de exageros; o povo, o Exército, a Armada, o Clero, a aristocracia e a nobreza gostam de um samba, de uma canção sertaneja, de um tango quebrado".

De acordo com o senador, "ao comemorarmos o centenário do inesquecível Mestre Pixinguinha, estamos celebrando também a excelência e a universalidade da nossa cultura".

Choros são o que há de mais belo, afirma Benedita

A senadora Benedita da Silva homenageou os cem anos do nascimento de Pixinguinha declamando *Carinhoso*. A seu ver, os choros de Pixinguinha "são tudo que há de mais belo no repertório nacional".

- Pixinguinha trabalhava a música como um artesão consciente. Sua obra, que é popular e erudita, revolucionou e redimensionou a música popular, elevando-a a um nível de sofisticação e requinte, porém fundamentada nas raízes afro-brasileiras - afirmou.



Benedita

Para a senadora, o instrumentista ocupou posição de liderança na música popular brasileira, por ter-se destacado no campo da orquestração. "Antes de Pixinguinha, os arranjos ou eram importados ou sofriam enorme influência estrangeira", destacou.

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) associou-se às homenagens, lembrando que Pixinguinha faleceu dentro de uma igreja: "O inesquecível e talentoso compositor morreu nos braços de Deus".

PREVIDÊNCIA

Congresso deve prevenir falência, diz ACM

Ao abrir seminário internacional, presidente da Casa prega urgente reforma do sistema para evitar que se comprometa sobrevivência de milhões de pensionistas em futuro próximo

Corrigir os rumos da Previdência, para prevenir a falência gradual do sistema e o comprometimento da sobrevivência de milhões de pensionistas, num futuro próximo, é a tarefa do Congresso Nacional, afirmou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao presidir ontem de manhã a abertura do Seminário Internacional sobre a Previdência.

Iniciativa do senador Beni Veras (PSDB-CE), relator da proposta de reforma em análise na Casa, o encontro reúne - no Auditório Petrônio Portella do Senado - especialistas brasileiros e estrangeiros, representantes de governos e do Banco Mundial, para uma avaliação das perspectivas dos sistemas de previdência social e privada no mundo.

O presidente do Senado aler-



Antonio Carlos (D), ao lado de Beni Veras, abre o seminário sobre a Previdência

to para a urgente necessidade de uma reavaliação das fontes de custeio e dos programas de benefícios oferecidos pelos sistemas de previdência pública, sob pena de sua deterioração, em escala internacional, ameaçar "corroer o sistema financeiro". Antonio Carlos disse serem necessários "coragem e destemor" para fazer as mudanças essenciais à pre-

servação de um sistema viável.

Ao criticar a "demagogia" que oferece benefícios incompatíveis com as possibilidades de pagamento da previdência pública, ACM garantiu que, ao final do atual processo legislativo, o Congresso fará, "se não uma ótima, pelo menos uma boa lei de previdência".

Os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA), Lúcio Alcânta-

ra (PSDB-CE), Geraldo Melo (PSDB-RN) e João França (PMDB-RR) participaram da abertura do seminário, ao lado do presidente Antonio Carlos e do relator Beni Veras. O encontro está debatendo experiências da Argentina e da Hungria, além de contar com subsídios técnicos a respeito das mudanças em análise nos Estados Unidos.

Stephanes: quem ganha menos paga privilégio

O ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, defendeu, no Seminário Internacional sobre a Previdência, o fim da aposentadoria por tempo de serviço no Brasil. Ele disse que, no atual sistema, os trabalhadores de menor renda estão pagando para os que ganham mais. "Apenas 18% dos trabalhadores brasileiros, aqueles que estão mais alto na escala salarial, seriam atingidos pela nova regra."

Francisco Oliveira e Kazio Beltrão, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acentuaram que, a partir de 1995, o INSS passou a pagar mais benefícios que sua arrecadação. E atribuíram o fato à diminuição do número de trabalhadores ativos em relação aos inativos; à diminuição da participação do setor formal na economia, nos últimos anos; à

vinculação do salário mínimo aos benefícios da previdência e à evasão de pagamentos.

A situação das aposentadorias e pensões do setor público, de acordo com Fragelli Cardoso e Luiz Schymura, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também é muito grave, sobretudo para estados e municípios que comprometem grande parte de sua arrecadação com o pagamento de funcionários inativos.

Marcelo Côrtes Neri, do Ipea do Rio de Janeiro, destacou emenda do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que desvincula do salário mínimo os aumentos para aposentados.

O especialista argentino em seguridade social Rafael Rofman afirmou que o sistema adotado no Brasil abre espaço para manobras e desigualdades.

Especialistas explicam modelos de outros países

O modelo previdenciário brasileiro privilegia uma minoria, em detrimento da maioria desassistida, disse o senador Beni Veras (PSDB-CE), na abertura do seminário, frisando que "a população trabalhadora se esfalca para que alguns bem-falantes incorporem os bens públicos". O senador admitiu que o modelo argentino possa servir de parâmetro para a futura Previdência brasileira.

A propósito, o superintendente da Seguridade da Argentina, Walter Shulthess - o arquiteto das mudanças lá implementadas -, disse que a previdência do país foi recuperada após a privatização da sua base, quando se pôde equilibrar aporte de capitais com pagamentos.

Estelles James, do Banco Mundial, autora do livro *Prevenindo a Crise da Velhice*, ressaltou as dificuldades de transição nos países que adotaram a reforma. A professora Olívia Mitchell, da Universidade da Pensilvânia, assinalou que os Estados Unidos precisam encontrar um meio de não falir a sua previdência. Por sua vez, o ex-ministro da Seguridade da Hungria Lajos Bokros traçou um perfil do modelo húngaro, apontado como o melhor entre os países que saíram do comunismo.

Os senadores Elcio Alvarés (PFL-ES), líder do governo no Senado, Sérgio Machado (PSDB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também participaram do seminário.

Flaviano agradece socorro ao Acre



Flaviano

Flaviano Melo (PMDB-AC) agradeceu ontem a pronta resposta do governo federal às inundações que desabrigaram

centenas de famílias na capital do Acre, Rio Branco, e informou que o município de Sena Madureira também será atendido. Segundo Flaviano Melo, o abastecimento de água na capital entrou em colapso e deverá ser recuperado com recursos já alocados no Orçamento Geral da União.

Freire lamenta morte de professor

Roberto Freire (PPS-PE) lamentou ontem o falecimento do engenheiro e professor universitário Edinaldo Miranda de Oliveira, ocorrido no último dia 20, em Recife. Ele disse que as principais características de Edinaldo foram "estoicismo, generosidade, convicção inabalável na construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária no Brasil". O senador lembrou a luta de Edinaldo em provar sua inocência do atentado no Aeroporto de Guararapes, em 1966.



Luiz Felipe (E) é sabatinado pela CRE, sob a presidência de Sarney

CRE acolhe indicação de novo embaixador do Brasil na Argentina

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida por José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem, em votação secreta, parecer favorável à indicação, pelo presidente da República, do nome do diplomata Luiz Felipe de Seixas Correa para o cargo de embaixador do Brasil na Argentina.

Antes da votação, Luiz Felipe foi sabatinado pelos senadores, que indagaram sobre assuntos relacionados ao Mercosul, como a participação dos estados brasileiros e a implementação de todos os pontos do acordo do bloco comercial. O embaixador disse que Buenos Aires é um posto-chave para a diplomacia brasileira, e promete cumprir "uma missão de grande qualidade e com muito

êxito".

Na sua intervenção, José Sarney destacou que "as nossas relações mais importantes são as relações com os países da América do Sul". O diplomata foi também interpelado por Pedro Simon (PMDB-RS), Benedita da Silva (PT-RJ), José Serra (PSDB-SP), Hugo Napoleão (PFL-PI), Romeu Tuma (PFL-SP) e Roberto Freire (PPS-PE). A mensagem de indicação, relatada por José Agripino (PFL-RN), depende de apreciação do plenário.

Conforme a mensagem presidencial, "a intensidade e a diversificação em que se processam as relações entre Brasil e Argentina não conhecem paralelo na história dos dois países".

Odacir propõe registros gratuitos

Odacir Soares (PFL-RO) apresentou ontem projeto de lei que garante a todos os cidadãos brasileiros o fornecimento gratuito de registro de nascimento, certidão de óbito, carteira de identidade e cartão de registro do CPF. Atualmente, a carteira de identidade e o CPF são gratuitos, e a Constituição assegura gratuidade de fornecimento do registro de nascimento e da certidão de óbito apenas aos cidadãos "reconhecidamente pobres".



Odacir

Valadares destaca importância do BNB

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou ontem o Programa de Agentes de Desenvolvimento, criado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), "uma verdadeira revolução bancária", com o objetivo de identificar as potencialidades e vocações de cada microrregião e de cada produtor nordestino. As informações obtidas servem, de acordo com o senador, para subsidiar estudos e o trabalho do banco.



Valadares

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO E CARLOS PATROCÍNIO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.